

JOEL RUFINO DOS SANTOS E A NOVA HISTÓRIA

Regina Zilberman

UFRGS/CNPq

Resumo: Partindo de depoimentos e obras do escritor Joel Rufino dos Santos, integrante do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), o artigo narra como se desenvolveu o projeto coletivo *História Nova*, concebido para professores de Ensino Médio na década de 1960 e sua repressão pela ditadura cívico-militar de 1964, examinando em detalhe a parte sobre a abolição da escravatura e sua filiação a teses marxistas.

Palavras-chave: Joel Rufino dos Santos; ISEB; *História Nova*; Abolição.

Abstract: Based on testimonies and works by writer Joel Rufino dos Santos, member of the Higher Institute of Brazilian Studies (ISEB), the article tells how the collective project *História Nova* was developed, conceived for high school teachers in the 1960s and its repression by the civic-military dictatorship of 1964, examining in detail the part on the abolition of slavery and its affiliation with Marxist theses.

Keywords: Joel Rufino dos Santos; ISEB; *New History*; Abolition.

Esta carta é para lhe contar o que está acontecendo comigo.
Eu viajei logo depois do Natal. Se lembra? Fui ao norte do Brasil, trabalhar.
Quando eu voltei, tive uma surpresa. Fui convidado pelo governo a contar algumas coisas que eu fiz. Por exemplo: eu dei algumas aulas sobre coisas que o nosso governo não gosta; contei algumas histórias que o nosso governo não gosta que se conte; e, finalmente, escrevi alguns livros que o nosso governo também não gostou. Aí, o governo me pediu que esclarecesse todas estas coisas.
Joel Rufino dos Santos (2000.: 9)

1 Joel Rufino dos Santos (1941-2015)

No segundo semestre de 2013, o periódico *Estudos Históricos* publicou longa entrevista com Joel Rufino dos Santos, talvez a última que ele concedeu, pois o escritor faleceu em 2015. Em diálogo com Amauri Mendes Pereira, Amilcar Araújo Pereira e Verena Alberti, que registram ter a conversa ocorrido em 11 de julho de 2013, no Rio de Janeiro, Joel relembra a cena fundadora de sua inserção ao curso de História, o que definirá sua trajetória não apenas intelectual, mas igualmente existencial:

Encontrei então um dia com um colega do clássico – eu era do científico e ele era do clássico – num café, na esquina do largo de São Francisco com rua do Ouvidor. [...] Eu estava tomando café, ele bateu no meu ombro e disse: “Olá! Olha, Joel, eu acabei de ler um livro que mudou a minha vida e eu acho que vai mudar a sua.” Conversa de estudante, não é? Eu disse: “Qual é?” Aí ele tirou da pasta o *Introdução à Revolução Brasileira*, do Nelson Werneck Sodré, que tinha acaba do de sair. E, de fato, com esse livro decidi: “Vou estudar história.” Quer dizer, foi um livro que decidi, o acaso de esse rapaz ter-me encontrado. Eu não lia muito história, lia mais literatura. Eu não estava especialmente interessado em história, mas, a partir desse livro, tomei essa decisão, me inscrevi no vestibular e consegui passar. (Pereira, Pereira, Alberti, 2013: 494).¹

Do livro de Nelson Werneck Sodré a seu autor-pessoa física, a passagem parece ter sido natural. Joel Rufino narra, na mesma entrevista, como o historiador, integrado desde meados da década de 1950 ao grupo de pesquisadores e docentes do Instituto Superior de Estudos Brasileiros – ISEB, convidou, em março de 1962, a ele e a alguns colegas para trabalhar naquela instituição. Em *Assim Foi (Se Me Parece)*, relato autobiográfico, conta que:

Eu havia publicado uns poucos artigos no *Boletim de História*. Werneck Sodré conhecia a publicação e convidou para trabalhar com ele, no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), primeiro, seus dois diretores, recém-formados, depois a mim e Maurício Martins. (Santos, 2008: 55).

No início, o ainda estudante de História (ele frequenta o terceiro ano do curso, conforme informa na entrevista) ministra disciplinas nos programas de estudos oferecidos pelo Instituto e colabora com pesquisas em andamento. No ano seguinte, po-

¹ Joel Rufino dos Santos relembra este episódio em duas ocasiões anteriores: em 1993, quando conta que “certo dia reencontrei na Rua do Ouvidor um colega de grêmio estudantil. Tinha um livro debaixo do braço e mo presenteou: ‘Nosso caso é literatura, mas leia este livro, que você também vai mudar’. Era *Introdução à Revolução Brasileira* de Nelson Werneck Sodré. Foi a primeira síntese do desenvolvimento histórico brasileiro convincente que li – metódica e inteligente (porque havia as metódicas burras). Daí a meses, prestei vestibular para o curso de História da FNF (Faculdade Nacional de Filosofia).” (Santos, 1993: 17). Em 2008, reitera a importância de *Introdução à Revolução Brasileira*, de Nelson Werneck Sodré, em sua vida: “O leitor não imagina o impacto que teve sobre mim essa síntese, tantas vezes reeditada, da evolução histórica do Brasil.” (Santos, 2008: 42).

rém, está profundamente envolvido com a elaboração da História Nova, proposta coletiva de produção de um livro didático revolucionário, pois, dirigido a professores do Ensino Médio, mudaria a concepção com que o passado vinha sendo apresentado à clientela daquele nível escolar.

A *História Nova*, porém, não teve vida longa, ainda que seus efeitos tenham custado muito a seus autores. Os primeiros volumes foram distribuídos no início de 1964, provocando imediata reação dos meios de comunicação e do aparelho repressor do governo do Estado da Guanabara. A edição original foi apreendida ainda antes do golpe civil-militar de 1964, em manobra do então governador Carlos Lacerda. Depois do 31 de março, foram os autores que sofreram as consequências de uma obra tida como audaciosa, superficial, equivocada e indutora da ideologia marxista.²

Joel Rufino procura, em 1964, exilar-se na Bolívia e, depois, no Chile, onde permanece até 1965. Mas, de filho novo em casa, retorna ao Brasil, sendo preso e mantido na cadeia por quase dois meses. É a primeira vez que experimenta a vida na penitenciária, mas não a última. Entre 1965 e 1966, é outra vez encarcerado, agora “pe-lo inquérito do Partido Comunista” (Pereira, 2013: 502), ainda que não mais pertença a seus quadros. Depois de “um mês e pouco de prisão” (Id. *ibid.*), o historiador muda-se, em 1967, para São Paulo e adota identidade falsa. Leciona em cursinho pré-universitário, mas, na clandestinidade, colabora com a Aliança Libertadora Nacional (ANL), liderada por Carlos Marighella. Embora o principal representante do grupo tenha sido morto em uma emboscada armada pelos órgãos da repressão em 1969,³ em 1972 os simpatizantes do movimento ainda são perseguidos pela polícia política, e Joel Rufino dos Santos é outra vez preso.

Joel relata: “Eu caí em dezembro de 1972; minha condenação foi de quatro anos e eu saí com dois, em 1974, na condicional” (Pereira, 2013: 504). Em *Assim Foi (Se Me Parece)*, o escritor recapitula: “Meu trajeto de preso político fora DOI-CODI, do Rio; *Operação Bandeirantes*, DOPS, presídios Tiradentes (*sic*) e do Hipódromo, em São Paulo.” (Santos, 2008: 75.). Esse período de encarceramento marca sua histó-

² Sobre a recepção da História Nova, cf. Sodré, 1993a e Sodré, 1993b. V. também Clemente, 2013 e Lima, 2017.

³ A emboscada em que foi assassinado Carlos Marighella é relatada no *Diário de Fernando*, organizado por Frei Betto (2009).

ria pessoal mais que os anteriores, seja por sua duração, seja pelo horror que vivenciou e presenciou, como narra a Luciano Trigo em entrevista realizada em 29 de outubro de 2008:

Voltei do exílio em 1966. Até 1972, conheci prisões breves e leves. De 1972 a 1974, cumpri pena da Justiça Militar. Passei pelo Doi-Codi, em São Paulo, assisti à morte na tortura de Carlos Nicolau Danielli, vi e ouvi dezenas de outros presos sendo torturados. Tive o meu quinhão de socos e choques elétricos, mas não conheci o pior, a “cadeira do dragão”. É uma experiência inenarrável, no limite do humano. Quem a experimentou, em si ou nos companheiros, não sabe dizer qual é a natureza do torturador. Agora que a Justiça começa a julgá-los, alegam que torturaram em defesa da pátria. (Trigo, 2008).

Na autobiografia, recorda a prisão da esposa e o tratamento de que ela e o marido foram vítimas:

Minha mulher fora presa, solta e de novo trazida, despiam-na às gargalhadas no meio de uma roda de torturadores. Após uma dessas sessões, conheci a indiferença pela vida – aquela que tanto me impressionara em *Filho Nativo*, quando Bigger Tomás se despede do advogado. Fora corajoso levando combatentes para o Sul, agora não era, nu, balançado pelos choques, vendo a mulher tentar em vão esconder os peitos. (Santos, 2008: 77).

Depois de libertado, Joel permanece em São Paulo até 1978, de onde retorna ao Rio de Janeiro. Anistiado em 1979, retoma as atividades docentes, agora como professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, pois o órgão para a qual trabalhava antes de 1964, o ISEB, vinculava-se àquela instituição. Por razões pessoais, filia-se à Escola de Comunicação e à Faculdade de Letras, entre as quais divide a carga horária, deixando para trás a carreira de professor de História.

A essas alturas, Joel Rufino dos Santos era já autor de obras destinadas ao público infantil e juvenil: “Em 1967, encontrei casualmente Zezé, ex-aluna, que trabalhava para uma nova revista, a *Recreio*, e me convidou a escrever para crianças.” (Santos, 2008: 77) As histórias que redige nesse período são, na maioria, inspiradas pelo folclore brasileiro, como *Marinho, o Marinheiro* ou *O Curupira e o Espantalho*. A partir de 1978, investe em produtos de seu imaginário, como *Uma Estranha Aventura em Talalai* (1978) e *A Pirilampéia e Os Dois Meninos de Tatipurum* (1980), ou em enredos originários de episódios da história nacional, como em *Quatro Dias de Rebelião* (1980), sobre a Revolta da Vacina, no Rio de Janeiro, ou em *O Dia em que o Povo Ganhou* (1982), sobre a luta pela independência na Bahia. O sucesso da nova carreira, contudo, não o agrada particularmente:

O Caçador de Lobisomem, Uma Estranha Aventura em Talalai, O Soldado que Não Era e alguns outros [livros] tiveram dezenas de edições, venderam centenas de milhares de exemplares

res, mas escrever para criança e jovem nunca me satisfêz; o que sempre quis foi escrever ensaios e romances, ainda que sem certeza de possuir esse talento. (Santos, 2008: 26).

De todo modo, os livros inaugurais identificam o rumo que toma doravante sua escrita: enfatiza a perspectiva popular, que o leva a introduzir personagens que representem o povo em seus enredos, como em *O Soldado que Não Era* (1980), sobre Maria Quitéria de Jesus; e incorpora narrativas derivadas do folclore naquilo que ele traz de transgressivo ou contestador, como em *História de Trancoso* ou *A Botija de Ouro*, em que o protagonista, aparentemente o caipira simplório, tão desdenhado pela tradição regionalista, desarticula, de maneira singela, o poder traduzido por fazendeiros ou por membros do clero.

A partir dos anos 1980, Joel Rufino dos Santos inclui, em seu repertório, obras relativas ao racismo e à afrodescendência. É de 1980 *O que É o Racismo*; de 1985, a biografia de *Zumbi*; de 1988, a participação, como consultor, na produção da minissérie *Abolição*, dirigida por Walter Avancini e exibida entre 22 e 25 de novembro de 1988; de 1991, o romance *Crônica de Indomáveis Delírios*, sobre a Revolução Pernambucana e a Confederação do Equador, em Recife, entre 1817 e 1824, e sua articulação à Revolta dos Malês, em Salvador, em 1835; de 1999, o infanto-juvenil *Gosto de África*; de 2009, o ensaio *Carolina Maria de Jesus: uma escritora improvável*.

Porém, a relação do ficcionista e historiador com a história dos afrodescendentes não é tardia, como aparentemente sugere a cronologia proposta no parágrafo anterior. A *História Nova* dedica um dos volumes à abolição; nas cartas enviadas ao filho em 1973, quando esteve encarcerado no Presídio do Hipódromo, introduz a biografia de Zumbi, que redige e ilustra, como aparece em *Quando Eu Voltei, Tive uma Surpresa* (2000).

Não é assim, porém, que o escritor interpreta sua relação com o que chama “a questão racial”. Comenta, na autobiografia, que, “negro indiscutível, a questão racial para mim era [...] desimportante”, apontando, entre outras razões, “a de que desde a adolescência me considerava comunista, resistente a levar em conta qualquer questão acima da luta de classes” (Santos, 2008: 125). Como na narração de outros episódios de sua trajetória, ele data o início de sua inserção à “luta racial”: “ao sair da cadeia, me tornei militante de movimento negro” (Santos, 2008: 132), o que também supõe um mito fundador: “Ainda em 1981, quando Olympio Serra me convidou para ir à serra

da Barriga, estava disposto a travar a luta antirracista de forma organizada, como antes travara a luta política. (Santos, 2008: 132).

Ainda que localize nos anos 1980 o compromisso com a luta antirracista e a pesquisa sobre o escravismo e a abolição, Joel Rufino dos Santos não pensou a História Nova fora dos paradigmas que a relacionam aos movimentos emancipatórios dos afrodescendentes.

2 A História Nova

O nascimento da *História Nova* é narrado por Joel Rufino dos Santos no livro de depoimentos organizado por Claudio Giordano em 1993, trinta anos depois dos acontecimentos relatados. E, como em outras oportunidades, o evento aparece na forma de um mito de fundação:

A *turma* do ISEB (Pedro de Alcântara, Maurício, Rubem Cesar, Pedro Celso e eu) inventou a *História Nova* na Praia do Leblon. Não havia o *cinema novo* e a *bossa nova*? Vendo cair a tarde, imaginamos fazer a mesma coisa no *front* da História do Brasil. As condições eram propícias: tínhamos mestre Sodré para nos orientar, emprego público numa instituição respeitável, um Ministério da Educação ocupado por jovens da esquerda como nós... Dias depois, finalizamos o plano da obra: pequenos volumes cobrindo toda a História do Brasil, “do descobrimento aos dias atuais”. Público alvo: o professor secundário, a que chegaríamos através do CAGES, órgão do MEC. A *História Nova* o libertaria da história factual e mitificada. (Santos, 1993: 16.).

Distribui-se a redação dos volumes entre o grupo de estudantes recrutados por Nelson Werneck Sodré: Joel Rufino dos Santos, Pedro de Alcântara Figueira, Pedro Celso Uchôa Cavalcanti Neto, a que se agrega Rubem César Fernandes, que não pertencia aos quadros do ISEB. No trecho reproduzido, Joel parece esquecer um quinto participante, Maurício Martins de Mello, que também assina os volumes da *História Nova*.

Na entrevista de 2013, Joel relembra o modo de produção dos textos:

Cada um de nós escrevia uma monografia e ele [Nelson Werneck Sodré] lia todas, fazia as críticas que achava pertinentes. Nós reescrevíamos e, depois, todos discutiam o texto final. Por exemplo, a mim coube a expansão territorial. Ao Pedro de Alcântara coube a revolução industrial; ao Pedro Celso, a independência; chamava-se *Independência de 1822*. E assim distribuímos as tarefas. (Pereira: 498).

Nelson Werneck Sodré, na coletânea de depoimentos recolhidos por Cláudio Giordano em 1993, detém-se no modo de produção coletivo empregado pelo grupo, comparando-o com o modelo utilizado na *História da Civilização Brasileira*, organiza-

da por Sérgio Buarque de Holanda, segundo ele, “uma coleção de ensaios, de autores diversos, reunidos em uma obra”:

O método de elaboração da *História Nova* foi muito diferente e essa diferença foi fundamental: dividíamos o tempo histórico, como no outro caso, mas a autoria era coletiva. Havia um relator, escolhido por todos e variável, que elaborava um texto introdutório. Cada um estudava esse texto e anotava, segundo as pesquisas que fizera enquanto o relator elaborava parceladamente o texto básico. Depois, reuniam-se todos, em sessões seguidas, discutiam o texto proposto e as alterações que cada um apresentava, resultantes da leitura do texto definitivo. Só então, e depois de intensa discussão, era elaborado o texto definitivo, que era ainda revisto e objeto de leitura e nova discussão. Assim, a obra resultante era realmente coletiva. (p. 33).⁴

Assim, as duas versões da coleção, a do Ministério de Educação e Cultura, de 1964, e a da Brasiliense, de 1965, não registram nas capas o nome dos componentes da equipe, limitando-se a identificar o tema de cada volume:



Figura 1 – Capa da primeira edição do volume I da coleção *História Nova*
Formato 13X19cm. 94 p.
Fonte: Clemente, 2013: 119.

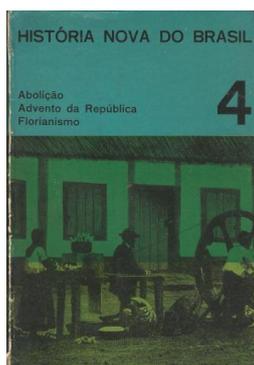


Figura 2 – Capa da segunda edição do volume IV da coleção *História Nova do Brasil*
Formato 14X21cm. 159 p.
Fonte: Clemente, 2013, p. 119.

⁴ O historiador Pedro Celso Uchôa Cavalcanti Neto reitera o modo coletivo de produção dos volumes: “Sempre que perguntado, respondo invariavelmente que foi obra coletiva, o que corresponde à verdade.” (Cavalcanti Neto, 1993: 54).

A relação dos autores, pelo menos no título lançado pela Brasiliense, aparece tão somente na página subsequente à folha do rosto, a que se segue o prefácio e a introdução geral. Na primeira edição da série, registrava-se ainda uma apresentação assinada por Roberto Pontual, na época diretor da Campanha de Assistência aos Estudantes (CASES), órgão do Ministério de Educação e Cultura que abrigava o projeto editorial.

O prefácio parece ter sido escrito especialmente para a edição comercial, já que, assinado pelos autores, refere-se à coleção anterior, lembrando a interrupção da série após “o movimento de 1º de abril” (Autores, 1965: VII). Apresenta o escopo dos livros planejados, em número de seis, que se estenderiam desde a “Descoberta do Brasil” até a “Revolução Brasileira”, prevista para o último volume, e afirma seu objetivo: “contribuir para a melhoria do nível do ensino de História no grau médio” (Id.: VIII). Declara o caráter coletivo da obra, produto de “trabalho de grupo, em nada aparentado com o mesmo tipo de trabalho, de que surgiram alguns exemplos antes, em que apenas se dividem tarefas”: “cada página é discutida e revista por todos os elementos do grupo e, portanto, de autoria e responsabilidade coletiva.” (Id. *ibid.*). O prefácio conclui com uma nota de esperança: “De tais críticas, em resultado final, surgirá a História Nova do Brasil, em suas verdadeiras dimensões. Na medida em que ela surgir é que o país se transformará naquilo que todos desejamos, - e que o povo brasileiro bem merece.” (Autores, 1965: IX).

O prefácio abre os dois volumes impressos pela editora Brasiliense. A ele se segue a Introdução Geral, igualmente assinada pelos autores e reproduzida em todos os livros da coleção original.

A introdução expõe um programa de ação. Reconhece que a sociedade brasileira passa por transformações, e essas não poderiam deixar de repercutir no campo educacional. Assim, as obras a que a Introdução se refere pertencem a um projeto mais geral, contribuindo “para a reforma da História no Brasil”, respondendo, sob esse aspecto, “às exigências do que marcham com a História” (Autores, 1965: XI). Admite que os livros não defendem uma “tese nova”, mas buscam apresentar de modo diferente “algumas questões básicas de nossa História”, já que os autores consideram “inade-

quada e falsa a ordenação consagrada nos livros didáticos” (Id. *ibid.*). Examinada desde ângulo, a História Nova é “às vezes original” (Id. *ibid.*), afirmam eles.

Após explicar por que os livros didáticos vigentes à época são considerados inadequados, os autores – reiterando o caráter coletivo da elaboração – explicitam em que aspectos pretendem “corrigir a ordenação consagrada” (Autores, 1965: XI), o que supõe:

- a) a inclusão de informações relativas à “sociedade, a economia e a cultura”, em vez de reduzir o relato às “grandes figuras” (Id. *ibid.*);
- b) a inserção da história nacional no quadro dos acontecimentos da “História moderna e contemporânea”, pois “o Brasil, desde seu aparecimento até hoje, está ligado aos interesses mundiais” (Id. *ibid.*).

Para os autores da coleção, a História tem uma função social, que se encontra “no fato de que lhe cabe explicar o presente” (id. *ibid.*), garantindo sua continuidade. É sob essa perspectiva inovadora que eles esperam concretizar seu objetivo, contribuindo “para a reformulação do ensino da História” (Autores, 1965: XII).

A introdução é, pois, uma declaração de princípios, segundo os quais a História não é movida por personalidades – governantes, militares ou religiosos – e sim pelo contexto socioeconômico e cultural. Nem ela fica imobilizada e restrita ao que aconteceu, porque os fatos repercutem uns sobre os outros, afiançando sua consistência e continuidade. O presente é consequência do passado, de modo que esse pode explicar aquele, o que evidencia a função social da História. Faz-se, pois necessária, sua docência em sala de aula, se, porém, reformulada segundo os parâmetros que iluminam a relação entre os dois tempos – os idos e os atuais.

Dos princípios que embasam a concepção de História nasce uma prática pedagógica: cabe reformulá-la, para, no formato almejado, permitir que se alie ao projeto em curso de transformação da sociedade nacional. Nesse sentido, Joel Rufino dos Santos declara, em 1993, que “a *História Nova* era a reforma de base no campo do ensino da História” (Santos, 1993:16).

A coleção proposta pelos autores da *História Nova* não era, pois, apenas mais um livro didático dentre os que circulavam na escola brasileira, disputando um cres-

cente e lucrativo mercado. Apresentava-se como a obra que, revolucionando o ensino médio, mudaria o país. Noves fora o otimismo dos autores, o fato é que eles efetivamente traziam uma proposta inovadora para o ensino médio, se comparados com o que circulava entre os estudantes daquele nível.

Dois autores dominavam o mercado de livros didáticos de História no período: Joaquim Silva e Antônio José Borges Hermida.⁵ A *História do Brasil* para a primeira série ginásial, de Joaquim Silva, chegou, em 1961, a 112 edições (Ferraro, 2013: 45). *Compêndio de História do Brasil*, um dos tantos livros de Borges Hermida, alcançou a marca de 2.439.019 exemplares comercializados, correspondendo a 36,54% de sua produção total de didáticos (Id.:113). Em livros como os *best-sellers* mencionados, a perspectiva adotada era invariavelmente a do colonizador português, protagonizado por personalidades vinculadas à Metrópole e responsáveis por atos heroicos que levaram à conquista e ocupação do território americano. Os indígenas formavam um capítulo à parte, e o escravismo era mitigado, justificado ou ignorado, como denuncia o capítulo da *História Nova* dedicado ao abolicionismo:

É hora de mais uma denúncia: nenhum daqueles manuais guardando linha de coerência nunca desviada, inclui ou incluiu, do mais culto ao menos informado, do mais honesto ao menos criterioso, do historiador erudito ao fazedor de livros, uma linha sequer sobre o destino da massa escrava. A questão do trabalho escravo é, para eles, a questão da Lei Áurea e da campanha Abolicionista, simplesmente. (Autores, 1965: v.4, p. 3).

Os historiadores-novos tinham razão ao criticar o que identificavam como ensino de História na primeira metade da década de 1960. Talvez por essa razão os livros que chegaram a seus destinatários – docentes atuantes no Ensino Médio – tenham sido acolhidos favoravelmente nas escolas e negativamente fora dela, provocando a violenta reação que motivou sua apreensão em 1964 e, depois, em 1965. Contexto sócio-político-econômico, associação entre o passado e o presente, conscientização do estudante para a circunstância contemporânea – eis o que faltava em Joaquim Silva e Borges Hermida. Cabe ver como comparecem na *História Nova*.

3 A Abolição

⁵ Autores também bastante populares foram Haddock Lobo e Vitor Mussumeci, além de Armando Souto Maior.

O sentido da abolição foi o sexto volume da série de dez livros publicados e distribuídos pela CASES no começo de 1964. Reeditado em 1965 pela Brasiliense, abriu o quarto volume, na companhia de outros dois capítulos, “O advento da República” e “O significado do Florianismo”. Da série original, a Brasiliense ainda lançou um volume integrado por “O descobrimento do Brasil”, “Sociedade do Açúcar”, “Invasões holandesas” e “Expansão territorial”, capítulos reproduzidos na *História Nova do Brasil* (1963-1993), organizada por Cláudio Giordano.

Não foram reeditados “A decadência do regime colonial” (que, na coleção da Brasiliense, seria substituído por “Mineração”), “A Independência de 1822”, “Da independência à República (evolução da economia brasileira)”, permutado no projeto da Brasiliense por “Crise da Regência” (os três constituindo capítulos do volume 2, nunca publicado), e por “Império”, inédito nas duas séries.

Os planos da Brasiliense ainda incluem dois livros adicionais – “República oligárquica” e “Revolução Brasileira” – que não foram impressos, já que, como a antecessora, a coleção foi apreendida e proibida de circular.

A relação dos títulos sugere, de antemão, as oscilações metodológicas dos autores: alguns temas dão conta de eventos históricos, como “O descobrimento do Brasil”, que inaugura a série; outros têm intuito interpretativo, como os voltados para o abolicionismo e o período de Floriano Peixoto, antecidos pelas expressões “o sentido de” ou “o significado de”. Previsto para fechar o trabalho, o livro dedicado à “Revolução Brasileira” nunca foi escrito, já que não apenas o projeto literário, mas também o movimento a que se referia não se concretizaram. Contudo, ele sinaliza não apenas o intuito político da escrita das obras, mas a crença de que os acontecimentos vividos então no presente marchariam necessariamente para a confirmação da revolução social, conforme a concepção teleológica, de tradição hegeliana e tendência marxista, que amparava a redação dos textos.

Os retrospectos assinados por Joel Rufino dos Santos, Nelson Werneck Sodré e Pedro de Alcântara Figueira rejeitam a ideia de que a História Nova se afinava teórica e metodologicamente ao materialismo histórico. Não que o recusassem, mas acreditam que não o praticavam, adotando algumas de suas teses, mas não todas. Em outras palavras, não se identificaria, na História Nova, a análise da superestrutura (socie-

dade, política e cultura) desde a infraestrutura econômica (modo de produção e luta de classes). Por esse ângulo, estão cobertos de razão; por outro, não, já que a perspectiva linear, evolucionista e messiânica, embutida na concepção marxista de História, comparece em seus estudos.

O capítulo sobre “O sentido da abolição” é sintomático do que foi alcançado e o que ficou pelo caminho. Ele abre com uma Introdução bastante contundente, que, após reconhecer a precária situação econômica da população afrodescendente no Brasil contemporânea, recusa a ideia de que a abolição tenha se resumido à lei assinada em 1888, perspectiva dominante nas obras didáticas do período. Pelo contrário, “depois da Abolição o nosso povo seria muito mais servo do que livre” (Autores, 1965: 5), razão por que urge entender o processo desde escopo mais amplo.

Sucede à introdução um subcapítulo dedicado a discutir a inoperância das leis, de que é exemplo a Lei Áurea, insuficiente para ajudar a entender o abolicionismo, menos ainda o que representava o trabalho escravo na estrutura social brasileira. Por decorrência, o terceiro subcapítulo examina a “estrutura do trabalho” desde o começo do século XIX até as primeiras décadas do século XX, quando se refere ao estímulo à imigração europeia, em substituição ao braço escravo, e às condições dos assalariados urbanos de procedência africana.

Novo *detour* leva à retomada das questões relacionadas às leis. Após discorrer sobre a origem das expressões *esquerda* e *direita* à época da revolução francesa, o texto retorna à questão abolicionista para explicar os posicionamentos divergentes dos intelectuais brasileiros no período da luta abolicionista. Recapitula o vaivém da legislação que tinha como meta desacelerar o movimento, até chegar à inevitabilidade da promulgação da Lei Áurea, acomodando as reivindicações mais radicais às necessidades do governo conservador.

A Conclusão sumaria as teses do capítulo:

* a Lei Áurea consagrou a Princesa Isabel graças a José de Patrocínio, ainda que nem todos os abolicionistas se rendessem “à emoção do momento” (Autores, 1965: 43). Os autores recusam-se a conferir protagonismo à Regente, cognominada a Regentora, e rejeitam a ideia de que ela fosse capaz de um ato revolucionário, pois “a

princesa representava a monarquia, e a monarquia se estribava no latifúndio” (Autores, 1965:43).

* O fim legal do escravismo não incidiu em mudanças na sociedade brasileira, mas a acomodação de seus beneficiários à estrutura social então vigente e ainda predominante no Brasil dos anos 1960. Assim, embora libertos, aos aproximadamente 700.000 ex-escravizados restaram duas opções: permanecer “nos lugares em que tinham sempre vivido” na condição de servos; ou migrar “para as cidades ou para outras zonas rurais, passa[ndo] de escravos a desocupados ou semi-servos, especializando-se na prestação de pequenos serviços” (Autores, 1965: 44).

Em uma situação ou em outra, “a massa de escravos se integra no conjunto da população brasileira” (Autores, 1965: 45). A partir desta constatação, os autores desenvolvem sua tese principal: é que, segundo eles, quando se dá a assimilação da população que fora escravizada, ou que descende dessa, ao conjunto da população do país, “deixa de existir um problema específico do negro”, pois “ele [o negro] se insere, agora, no problema do homem brasileiro, do povo brasileiro, em geral” (Id. *ibid.*). Esclarece-se, assim, o “sentido da Abolição”: ela conferiu ao negro o direito de identificar-se como “homem brasileiro” – não, porém, em sua generalidade, mas na situação do pobre e carente, já que “a cor não distingue mais o grau de miséria” (Id. *ibid.*).

Para os autores, a liberação promovida pela luta abolicionista não gerou liberdade; de certo modo, a escravidão só mudou de endereço, de modo que “a Abolição foi realmente, nesse sentido, uma frustração”: “o escravo foi ‘libertado’: andamos meio caminho. O que fizemos foi colocá-lo ao nível de outros brasileiros, da maioria dos outros brasileiros” (Autores, 1965: 45).

A essa declaração, sucede a mensagem revolucionária: “Chegar ao fim do caminho, pelo menos até onde nossa vista alcança agora, é libertar o povo brasileiro do latifúndio e do imperialismo. Esta é, no entanto, outra luta e outro capítulo. (Autores, 1965: 45).

Ao examinar a abolição, os autores mostram-se coerentes com suas premissas. Buscam enquadrá-la em um contexto, sobretudo econômico (o sistema latifundiário), social (predomínio dos grandes proprietários rurais) e político (a monarquia, conservadora e sustentada pelos grupos dominantes no campo). Estabelecem as conexões

com a sociedade brasileira contemporânea, em que se identifica uma população miserável – urbana ou rural – que deriva dos escravizados. Substituídos pelos imigrantes quando se tratava de desenvolver a cultura do café ou de alavancar a modernização do país, e largados à própria sorte, destituídos de propriedade, emprego e salário, os escravizados e seus descendentes formam a maioria do povo brasileiro que ainda requer ser libertado, legitimando a luta revolucionária. O tripé se complementa, quando a argumentação abre para a hipótese de que a o episódio da abolição terá sentido se colaborar para a emancipação das classes populares no Brasil.

Sob esse aspecto, justifica-se por que a abolição não diz respeito apenas aos escravizados ou aos afro-brasileiros, ou aos fatos ocorridos por volta da década de 1880; nem pode ser compreendida nos termos daqueles horizontes étnico e cronológico. Joel Rufino dos Santos esclarece esse ponto de vista em seu relato autobiográfico: para ele, e provavelmente para o grupo da História Nova, os eventos históricos se explicavam desde a ótica da luta de classes, e sob este prisma é que cabia interpretar o processo abolicionista.

Não apenas este tópico afirma a simpatia dos autores com teses marxistas. Também no que diz respeito à formação social do Brasil à época da colônia eles adotam o ângulo com que a historiografia brasileira fundamentada no materialismo histórico concebia o modo de ocupação do território americano. A Metrópole lusitana introduzira, no século XVI, o modelo das capitânicas hereditárias e aceitara a distribuição das terras entre grandes e poderosos proprietários rurais, o que levou historiadores a relacionarem o procedimento ao modo de produção feudal. Como, porém, o período, desde o século XVI até, pelo menos, o XIX coincidia com a era moderna e a ascensão, e plena consolidação do capitalismo, era preciso buscar uma conceituação que justificasse o anacronismo. Cunhou-se, assim, a expressão “regressão feudal”, “já que o sistema feudal é mais atrasado do que o sistema do capital comercial, de que o escravismo era mero apêndice” (Autores, 1965: 16).

A noção de que o período colonial na América correspondia ao feudalismo na Europa teve seu preço: afirmava o “atraso” do Brasil em relação aos países hegemônicos, tema que se enraizou em interpretações da história e da cultura nacional ao longo do século XX; e alicerçava a concepção “etapista” da trajetória do país, abraçada pelo

Partido Comunista em geral e, no Brasil em particular, por Nelson Werneck Sodré, segundo a qual cabia aguardar a revolução burguesa, para, só depois, se desencadear a mudança na direção de uma sociedade igualitária e justa.

Essa concepção não apenas alimentou a historiografia de orientação marxista. Ela também frequentou a sede do Instituto Superior de Estudos Brasileiros – ISEB, desde sua criação até seu desaparecimento sumário.

Com efeito, fundado em 1955, quando João Café Filho, sucessor de Getúlio Vargas, era presidente, institucionalizou-se por ocasião da gestão de Juscelino Kubitschek, adotando desde o começo uma perspectiva desenvolvimentista e anti-imperialista. Segundo Guilherme Pontieri de Lima, o ISEB “nasce com a pretensão de formular um pensamento brasileiro, uma ideologia do desenvolvimento” (2017: 207) sob a liderança de Hélio Jaguaribe. A partir de 1958, posições mais radicais tomam a dianteira, estimuladas pela introdução de novos pesquisadores, como Nelson Werneck Sodré, Álvaro Vieira Pinto e Roland Corbisier.

Os primeiros anos da década de 1960 foram acompanhados da agudização da perspectiva nacionalista, que acompanhava a orientação política do governo de João Goulart, favorável à independência econômica diante dos Estados Unidos e à valorização das manifestações populares, engajadas e adversárias da indústria cultural. Joel Rufino dos Santos sintetiza a dupla, mas não inconciliável, orientação do ISEB: “A *frente* do ISEB se dividia, basicamente, em uma corrente nacional-socialista (majoritária), que incluía o nacional-desenvolvimentismo anti-imperialista, e outra nacionalista-liberal (minoritária).” (Santos, 2008: 58). Mais adiante, ele comenta: “O prédio da rua das Palmeiras reunia figuras díspares ideologicamente como Lúcio Rangel, Roberto Campos, Hélio Jaguaribe, Werneck Sodré, Roland Corbisier, La Torre de Faria, Cândido Mendes...” (Id.: 128).

Divergências marcam as visões de mundo e projetos dos intelectuais vinculados ao ISEB; porém, em meio a elas, uma convergência: a noção de que o país poderia progredir e desenvolver-se, se apostasse nas próprias forças econômicas e sociais. O progresso poderia advir de uma burguesia esclarecida, adepta de modos de produção empresariais; ou de uma revolução social, emanada das camadas populares, sobretudo as instaladas no meio rural, onde era gritante o atraso dos modos e meios de produção.

O desenvolvimentismo foi, primeiro, conservador, e voltou a se manifestar com intensidade após o golpe civil-militar de 1º de abril, o que explica por que Roberto Campos, membro da equipe do ISEB à época de Juscelino, reaparece como ministro da Fazenda de Castelo Branco, o primeiro de uma lista de presidentes militares. Mas aquele desenvolvimentismo nunca deixou de ser nacionalista, razão por que pôde amparar as teses marxistas de autores como Nelson Werneck Sodré, que, em 1964, corporificava o ISEB desmantelado pelas forças da repressão, a ponto de ser invadido e depredado no 1º de abril, seus funcionários presos,⁶ e depois extinto em 13 de abril de 1964.

A discrepância entre um e outro grupo de isebianos dizia respeito à determinação do grupo social que seria capaz de levar o Brasil a avançar, prosperando economicamente ou estabelecendo a justiça social. A primeira alternativa confere protagonismo à burguesia, e essa ótica preponderou em meio às administrações militares, durante a ditadura; a segunda acredita em algo mais vago, o povo, o cortejo de miseráveis e insatisfeitos a que se referem os autores da História Nova, ao final de “O sentido da abolição”.

Em ambos os casos, identifica-se a concepção “etapista” da mudança social, a ser registrada pela História, cuja marcha seria inevitável. Como se sabe, nenhuma das duas se concretizou: a modernização acelerada dos promotores do “milagre brasileiro” agudizou as desigualdades, até porque não constava de seu cardápio melhorar as condições de vida dos habitantes do país; e as massas oprimidas não acertaram o passo com a marcha da História que as faria triunfar.

Enquanto isso, os *historiadores novos*, inteligentes e bem intencionados, sofreram as consequências de suas ações, amargando a prisão e o exílio, e assistindo à derrocada de seus ideais.

⁶ Em *Reminiscências do Sol Quadrado*, Mário Lago recorda a presença de funcionários do ISEB na prisão em que se encontrava desde o dia 2 de abril: “Na conversa aqui e ali acabei encontrando Jorge e José, mais tarde apelidados de Cosme e Damião, porque continuavam na cadeia a amizade iniciada no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb), onde eram funcionários subalternos (apanhadores e levadores de fichas), nada entendendo de dialética, de aplicação do materialismo histórico à interpretação de nossa história, presos porque compareceram ao trabalho na manhã de 1º de abril, nunca lhes passando pela cabeça que todos aqueles soldados fossem invadir a repartição” (Lago, 2001: 27).

TRABALHOS CITADOS

Autores [Joel Rufino dos Santos; Maurício Martins de Mello; Nelson Werneck Sodré; Pedro de Alcântara Figueira; Pedro C. Uchôa Cavalcanti Neto; Rubem César Fernandes]. *História Nova do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, [1965]. v. 4.

Betto, Frei. *Diário de Fernando*. Rio de Janeiro: Rocco, 2009.

Cavalcanti Neto, Pedro Celso Uchôa. Visões impressionistas da *História Nova do Brasil* e suas circunstâncias, trinta anos depois. In: Santos, Joel Rufino et al. *História Nova do Brasil* (1963-1993). São Paulo: Loyola; Giordano, 1993.

Clemente, Vanessa. *História Nova do Brasil* (1963-1964): Uma nação “imaginada”. 2013. Dissertação (Mestrado em História) -Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2013.

Ferraro, Juliana Ricarte. *Entre textos e imagens: o Compêndio de História do Brasil* de Borges Herimida (1962-1975). 2013. Tese (Doutorado em Educação) -Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

Lago, Mário. *Reminiscências do sol quadrado*. São Paulo: Cosac & Naify, 2001.

Lima, Guilherme Pontieri de. *Eles ousaram! Projeto História Nova do Brasil: As reformas de base começaram pela educação*. 2017. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2017.

Pereira, Amauri Mendes; Pereira, Amílcar Araujo; Alberti, Verena. Entrevista com Joel Rufino dos Santos. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 26, n. 52, p. 491-518, jul.-dez. 2013.

Santos, Joel Rufino. História Nova: depoimento. In: Santos, Joel Rufino et al. *História Nova do Brasil* (1963-1993). São Paulo: Loyola; Giordano, 1993.

Santos, Joel Rufino. *Quando eu voltei, tive uma surpresa*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

Santos, Joel Rufino dos. *Assim foi (se me parece): Livros, polêmicas e alguma memória*. Rio de Janeiro: Rocco, 2008.

Sodré, Nelson Werneck. Trinta anos depois. In: Santos, Joel Rufino e outros. *História Nova do Brasil* (1963-1993). São Paulo: Loyola; Giordano, 1993a.

Sodré, Nelson Werneck. História da *História Nova*. In: Santos, Joel Rufino et al. *História Nova do Brasil* (1963-1993). São Paulo: Loyola; Giordano, 1993b.

Trigo, Luciano. Entrevista: Joel Rufino dos Santos. Disponível em: <http://g1.globo.com/platb/maquinadeescrever/2008/10/29/entrevista-joel-rufino-dos-santos/>. Acesso em: 06 fev 2020.

Regina Zilberman graduou-se em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1970), realizando doutorado em Romanística na Universidade de Heidelberg (Ruprecht-Karls) (1976), e pós-doutorados no University College (Inglaterra) (1980-1981) e Brown University (EUA) (1986-1987). Atualmente é professora associada do Instituto de Letras, da UFRGS, com atuação no Programa de Pós-Graduação em Letras. Foi professora titular da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Tem experiência na área de Letras, com ênfase em História da Literatura, atuando principalmente nos

seguintes temas: leitura, história da literatura, literatura do Rio Grande do Sul, formação do leitor e literatura infantil. Livros recentes: *Fim do livro, fim dos leitores?* (2019); *Como e por que ler a literatura infantil brasileira* (2014); *Brás Cubas Autor, Machado de Assis, Leitor* (2012); *Fundamentos do texto literário* (2013); *A leitura rarefeita: livro e leitura no Brasil* (2005).

Artigo recebido em 16/12/2020. Aprovado em 19/12/2020.